



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MOJU**  
**CNPJ Nº 05.105.135/0001-35**  
**CONTROLADORIA MUNICIPAL**

---

**PARECER TÉCNICO Nº 76/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO: 202012110025 – DL/CPL/PMM**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA, COLETA E TRANSPORTE DE LIXO DOMICILIAR E ENTULHO, NA ZONA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE MOJU-PA.

**INTERESSADO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO.

Rodrigo Bastos de Lima, funcionário Público Municipal Comissionado, nomeado a partir de 12/07/2018, através do decreto Municipal nº 046/2018, para exercer a função de **Controlador Municipal**. Em análise, conforme determinação contida no § 1º, do art. 11, da resolução Nº 11.535/TCM, de 01 de julho de 2014.

Declara que o Presente Processo Licitatório correspondeu às necessidades de contratação, obedecendo às Leis na forma do art. 24, § IV da lei 8.666/93, e que os serviços referentes ao presente processo foram adjudicados à empresa **ULTRA SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO LTDA**, inscrita sob o **CNPJ 24.626.454/0001-30**, no valor total de **R\$ 2.648.318,40 (Dois milhões, seiscientos e quarenta e oito mil, trezentos e dezoito reais e quarenta centavos)**, conforme ata de registro de preços em anexo, estando o edital em conformidade com a legislação prevista nas leis acima citadas, o objeto foi descrito de forma clara, nos contratos constam o valor e prazo de início e encerramento, ficando claro as obrigações e direitos do contratante e do contratado, a dotação orçamentária foi devidamente informada, bem como todas as documentações necessárias ao certame, estando o processo licitatório revestido das formalidades legais, cumpriu-se os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da vinculação do instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem como os princípios correlatos da celeridade, finalidade, da razoabilidade, da proporcionalidade da competitividade, do justo preço e comparação objetiva das propostas.

O Parecer Jurídico foi favorável à adjudicação e homologação do processo, estando apto a gerar despesas a municipalidade, após conclusão das pendências de documentos de habilitação.

Portanto, salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o Processo Licitatório foi satisfatório, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas do processo em epígrafe, e por fim, **DECLARA** estar ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Moju-Pa, 17 de dezembro de 2020

---

Rodrigo Bastos de Lima  
Controlador Municipal  
Prefeitura de Moju  
Decreto: 046/2018